

Reforma tributária prevê mais contribuintes e menos imposto

Outro ponto de destaque é a taxação das grandes fortunas e lucros excedentes de empresas privatizadas

Um dos pontos prioritários do programa de governo do candidato da frente das esquerdas à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, deverá ser a reforma tributária. Segundo o economista Guido Mantega, assessor de Lula e um dos formuladores do programa, o princípio central da proposta é a ampliação do universo de contribuintes com a diminuição e simplificação da carga tributária. "A idéia é criar alíquotas menores e progressivas e fazer com que mais pessoas paguem os tributos", observa Mantega.

A versão ampliada do programa ainda não tem data para ser divulgada. A chamada versão enxuta, com os itens que os oposicionistas consideram mais urgentes, será apresentada na segunda-feira, em Brasília, durante o lançamento oficial da candidatura de Lula à Presidência. Os representantes da oposição também a definem como uma carta-compromisso, intitulada Um Brasil para os brasileiros.

Outro princípio da reforma tributária defendido pela oposição é, de acordo com Mantega, "a desoneração da produção e a oneração da especulação". Ele confirma que um eventual governo de oposição deverá propor a criação de impostos sobre grandes fortunas e lucros excedentes de empresas privatizadas.

Mantega critica a proposta de

reforma tributária do governo Fernando Henrique Cardoso, que, segundo ele, "centraliza demais a arrecadação na área federal e rompe o pacto federativo, prejudicando os Estados".

Capital externo – Em relação à política monetária a ser adotada por um eventual governo de esquerda, o economista afirma que a meta de baixar os juros gradualmente deve ser precedida da diminuição da dependência do País em relação ao capital externo. "Devemos pôr fim à nossa vulnerabilidade para poder prescindir do capital externo e então poder diminuir a taxa de juros", diz Mantega. "Precisamos atrair capital de investimentos para o Brasil." Para isso, o

governo de oposição criaria mecanismos a fim de defender a economia contra ataques especulativos. Entre outras medidas, Mantega cita a chamada quarentena para o capital volátil (tempo míni-

mo de permanência no País) e a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

O economista do PT pondera, no entanto, que esses instrumentos de defesa devem ser adotados com cautela. "Esses mecanismos só devem ser acionados no momento adequado, fora de um cenário de turbulência internacional." Para Mantega, "a diminuição da taxa de juros por si só já criaria uma seleção natural contra o capital especulativo". Ele afastou completamente a possibilidade de uma maxidesvalorização do real por um eventual governo da frente de oposição. (C. F.)

NOVAS
ALÍQUOTAS
SERIAM
PROGRESSIVAS